

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - UNESP
Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Câmpus de Araraquara - 102303

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Categoria do objeto: Serviços Comuns

Processo: AR/FCF nº 132/2026

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo analisar a viabilidade técnica e econômica para a contratação de serviços continuados de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, destinados ao controle de acesso de pessoas, veículos e materiais, bem como ao adequado funcionamento das atividades institucionais nas unidades participantes da Regional 1 da Universidade Estadual Paulista.

2.2. A presente contratação contempla as unidades localizadas no município de Araraquara, a saber:

2.2.1. Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF/UNESP);

2.2.2. Instituto de Química (IQ/UNESP).

2.3. A definição das unidades participantes decorre de levantamento realizado junto às unidades da Regional 1, por meio de consulta formal. Ressalta-se que a Faculdade de Odontologia de Araraquara e a Faculdade de Engenharia de São João da Boa Vista, embora tenham manifestado interesse inicial, possuem contratos vigentes para o objeto, e as demais unidades da regional (FCHS/Franca, FCAV/Jaboticabal, FCL/Araraquara e Ibilce/São José do Rio Preto) não manifestaram interesse em participar da presente contratação.

2.4. As unidades contempladas apresentam características que demandam a presença contínua de serviços de vigilância patrimonial, considerando:

2.4.1. a grande circulação de pessoas (alunos, servidores, visitantes e prestadores de serviço);

2.4.2. a realização de atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa;

2.4.3. a necessidade de controle de acesso a áreas comuns e áreas restritas;

2.4.4. a extensão territorial das áreas ocupadas;

2.4.5. a complexidade das instalações, típicas de uma universidade pública de grande porte.

2.5. A Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF/UNESP) possui área construída de aproximadamente 47.082,91 m², atendendo cerca de 835 alunos de graduação e 175 alunos de pós-graduação, além de aproximadamente 122 servidores entre docentes e técnico-administrativos. A unidade conta com estrutura composta por laboratórios de ensino, pesquisa e análises clínicas, incluindo atividades nas áreas de microbiologia, bioquímica e hematologia, o que demanda controle rigoroso de acesso e proteção de equipamentos e insumos sensíveis.

2.6. O Instituto de Química (IQ/UNESP) possui atividades acadêmicas e laboratoriais com manipulação de reagentes químicos, incluindo laboratórios de ensino e pesquisa nas áreas de química analítica, físico-química e química inorgânica, o que demanda maior rigor no controle de acesso e na vigilância patrimonial, inclusive em razão dos riscos associados aos materiais utilizados. Suas atividades estão distribuídas na sede da unidade e no Centro de Ciências.

2.7. A ausência ou insuficiência de serviços controle e operação de portarias pode ocasionar:

2.7.1. acesso indevido de pessoas não autorizadas às dependências das unidades;

2.7.2. falhas no controle de entrada e saída de materiais e equipamentos;

2.7.3. desorganização no fluxo de pessoas e veículos;

2.7.4. comprometimento do funcionamento regular das atividades institucionais;

2.7.5. aumento de riscos operacionais em ambientes laboratoriais e administrativos.

2.8. Para atendimento das necessidades identificadas, foram dimensionados os seguintes postos de serviço:

2.8.1. Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF/UNESP):

2.8.1.1. 02 (dois) postos de 12 horas diárias – período diurno – de segunda a sexta-feira;

2.8.1.2. 02 (dois) postos de 24 horas diárias – período diuturno – de segunda-feira a domingo;

2.8.2. Instituto de Química (IQ/UNESP):

2.8.2.1. 02 (dois) postos de 12 horas diárias – período diurno – de segunda-feira a domingo;

2.8.2.2. 01 (um) posto de 24 horas diárias – período diuturno – de segunda-feira a domingo;

2.8.2.3. 01 (um) posto de 44 horas semanais – período diurno – de segunda a sexta-feira

2.9. A contratação visa assegurar o adequado controle de acesso às unidades contempladas, contribuindo para a organização dos fluxos internos, a proteção dos bens públicos e o regular desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
- Diretoria Técnica de Serviços da FCF	- André Luiz Spoto
- Diretoria Técnica de Serviços do IQ	- Marcio José Ramiris

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, a serem executados de forma presencial, com dedicação exclusiva de mão de obra, caracterizados como atividade contínua destinada ao controle de acesso de pessoas, veículos e materiais, bem como ao adequado funcionamento das atividades institucionais.

4.2. A presente contratação observa, como referência técnica, o estudo "Prestação de Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias e Edifícios – CadTerc/SP", elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo, que estabelece diretrizes, parâmetros e boas práticas para a contratação desse tipo de serviço no âmbito da Administração Pública.

4.3. Os serviços objeto desta contratação não se confundem com atividades de vigilância patrimonial ou segurança privada, não estando sujeitos à regulamentação da Polícia Federal, consistindo em atividades de natureza operacional e administrativa voltadas ao controle de acesso e à organização dos fluxos internos das unidades.

4.4. A empresa contratada deverá possuir experiência na prestação de serviços compatíveis com o objeto contratado, especialmente no que se refere ao controle de acesso, atendimento ao público e operação de portarias.

4.5. Os profissionais designados para execução dos serviços deverão possuir qualificação compatível com as atividades a serem desempenhadas, incluindo:

4.5.1. capacidade de atendimento ao público com urbanidade e cordialidade;

4.5.2. aptidão para controle de acesso de pessoas e veículos;

4.5.3. capacidade de registro e comunicação de ocorrências;

4.5.4. conhecimentos básicos para operação de sistemas e equipamentos utilizados nas portarias.

4.6. Os serviços serão prestados por profissionais devidamente uniformizados e identificados.

4.7. A contratada deverá fornecer todos os uniformes, equipamentos e insumos necessários à execução dos serviços, conforme detalhamento a ser estabelecido no Termo de Referência, em conformidade com as diretrizes do CadTerc/SP.

4.8. A prestação dos serviços deverá observar rigorosamente as escalas de trabalho definidas, garantindo a cobertura integral dos postos durante todos os períodos contratados.

4.9. A contratada deverá assegurar a substituição imediata de profissionais em caso de ausência, afastamento ou inadequação, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços.

4.10. Os serviços deverão compreender, no mínimo:

- 4.10.1. controle de acesso de pessoas, veículos e materiais;
- 4.10.2. registro e controle de entrada e saída;
- 4.10.3. orientação de usuários quanto à circulação interna;
- 4.10.4. operação de equipamentos e sistemas de controle de acesso;
- 4.10.5. comunicação de ocorrências à Administração;
- 4.10.6. apoio à organização do fluxo de pessoas e veículos nas dependências das unidades.

4.11. A execução dos serviços deverá observar as normas internas das unidades, bem como as orientações da Administração quanto aos procedimentos de controle de acesso e funcionamento das portarias.

4.12. A contratada deverá manter estrutura de supervisão operacional adequada, assegurando o acompanhamento contínuo da execução dos serviços.

4.13. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, não sendo admitidas interrupções, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

4.14. A contratada deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e demais normas aplicáveis, sendo responsável por todos os encargos decorrentes da execução contratual.

4.15. A execução dos serviços deverá ser acompanhada por mecanismos de avaliação de desempenho, com base em critérios previamente definidos, podendo ensejar ajustes no pagamento em caso de descumprimento das condições pactuadas.

Garantia da contratação

4.16. Será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, como forma de assegurar a adequada execução contratual.

4.17. O valor da garantia será de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevado, de forma motivada, caso seja identificado risco médio ou alto na análise de aceitabilidade da proposta, conforme avaliação realizada pela Administração.

4.18. Os critérios de análise, as faixas de classificação de risco e os percentuais aplicáveis para eventual majoração da garantia serão detalhados no Termo de Referência, de modo a assegurar maior transparência, objetividade e previsibilidade na aplicação da exigência.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas as alternativas disponíveis para a prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

5.2. Execução por mão de obra própria: essa alternativa mostra-se, de modo geral, inadequada para atendimento das necessidades identificadas, pelos seguintes motivos:

- 5.2.1. a Administração não dispõe de estrutura organizacional adequada para formação, capacitação e gestão operacional contínua dos profissionais;
- 5.2.2. a execução direta demandaria a criação ou ampliação de quadro de pessoal, com impactos orçamentários diretos e permanentes;
- 5.2.3. há necessidade de organização de escalas, substituições e supervisão contínua, compatíveis com a estrutura de empresas especializadas;
- 5.2.4. a gestão direta dos serviços pode comprometer a flexibilidade operacional necessária para adequação às demandas das unidades.

5.3. Ressalta-se que a execução direta de serviços que hoje são objeto de terceirização, tem se mostrado, ao longo do tempo, menos eficiente sob o ponto de vista operacional, especialmente no que se refere à gestão de escalas, cobertura de ausências e garantia de continuidade dos serviços.

5.4. Na contratação por empresa especializada, a responsabilidade pela substituição imediata de profissionais em casos de afastamento, como licenças médicas ou outras ocorrências, é atribuída à contratada, o que contribui para maior regularidade e continuidade na prestação dos serviços.

5.5. A adoção da terceirização, nesse contexto, não se fundamenta na desvalorização do trabalho ou na substituição indiscriminada de servidores, mas na busca por maior eficiência administrativa e garantia da continuidade dos serviços, observadas as disposições legais e os direitos dos trabalhadores envolvidos, em consonância com as diretrizes institucionais da Universidade.

5.6. Contratação de empresa especializada (solução escolhida): esta se apresenta a alternativa mais adequada, considerando que:

5.6.1. trata-se de atividade amplamente ofertada no mercado, com empresas especializadas na prestação de serviços de portaria e controle de acesso;

5.6.2. garante a disponibilização de profissionais capacitados para atendimento ao público, controle de acesso e operação de sistemas;

5.6.3. possibilita maior eficiência na gestão dos serviços, incluindo substituições, supervisão e controle operacional;

5.6.4. favorece a padronização dos procedimentos adotados nas unidades;

5.6.5. reduz riscos administrativos e operacionais para a Administração.

5.7. Verifica-se ampla disponibilidade de empresas aptas à prestação dos serviços de controle e operação de portarias, considerando tratar-se de atividade comum, amplamente difundida no mercado e não sujeita a regulamentação específica como atividade de segurança privada.

5.8. Embora existam soluções tecnológicas de apoio, como sistemas eletrônicos de controle de acesso, monitoramento e automação de portarias, tais recursos não substituem integralmente a atuação de profissionais, sendo considerados complementares à prestação dos serviços, especialmente em ambientes com grande circulação de pessoas.

5.9. Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação de empresa especializada representa a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade identificada, garantindo eficiência operacional, continuidade dos serviços e melhor adequação às características das unidades atendidas.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao controle de acesso de pessoas, veículos e materiais, bem como ao adequado funcionamento das atividades institucionais nas unidades participantes – Faculdade de Ciências Farmacêuticas e Instituto de Química, no Câmpus de Araraquara.

6.2. Os serviços serão executados de forma presencial, por meio de postos de trabalho com funcionamento conforme as escalas definidas pelas unidades, incluindo jornadas de 12 (doze) horas e 24 (vinte e quatro) horas, em regime diurno, noturno e/ou contínuo, garantindo a cobertura integral dos períodos contratados.

6.3. A contratação será estruturada de forma regionalizada, contemplando as unidades participantes do município de Araraquara, no âmbito das iniciativas conduzidas pela Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão (PROPEG) da Universidade Estadual Paulista, em consonância com o Planejamento Estratégico, Gestão e Governança (PEGG).

6.4. A solução proposta encontra-se alinhada aos macros objetivos institucionais de aprimoramento da gestão administrativa e de manutenção das condições adequadas de funcionamento da infraestrutura universitária, contribuindo para o pleno desenvolvimento das atividades-fim da Universidade.

6.5. No âmbito das linhas programáticas do PEGG, a presente contratação relaciona-se especialmente com:

6.5.1. A Linha Programática Administração e Orçamento (LP3), ao promover o aprimoramento da gestão contratual, do planejamento e do controle administrativo;

6.5.2. A Linha Programática Infraestrutura e Patrimônio (LP5), ao assegurar o adequado funcionamento das instalações institucionais e o controle de acesso às dependências das unidades.

6.6. A adoção da contratação regionalizada está alinhada às diretrizes institucionais voltadas à gestão estratégica, sistêmica e orientada a resultados, com foco na eficiência administrativa, no fortalecimento dos mecanismos de controle e na melhoria contínua dos processos de contratação.

6.7. Nesse contexto, a regionalização busca promover ganho de escala e eficiência administrativa, bem como possibilitar a seleção de fornecedor com maior capacidade técnica, operacional e gerencial.

6.8. Adicionalmente, a solução adotada visa mitigar riscos associados à execução contratual, especialmente no que se refere à descontinuidade dos serviços, por meio da contratação de empresa com estrutura organizacional compatível com a complexidade e a dimensão das unidades atendidas.

6.9. A modelagem proposta contribui para maior estabilidade na prestação dos serviços, assegurando a continuidade das atividades de controle de acesso e o adequado funcionamento das unidades.

6.10. Os quantitativos e a distribuição dos postos foram definidos com base nas necessidades específicas de cada unidade, conforme detalhado neste estudo e a ser consolidado no Termo de Referência.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A estimativa das quantidades dos serviços a serem contratados foi elaborada com base no levantamento das necessidades das unidades participantes, considerando suas características físicas, fluxo de pessoas, distribuição espacial e grau de risco associado às atividades desenvolvidas.

7.2. Para atendimento das demandas identificadas, foram definidos os seguintes quantitativos de postos de vigilância:

Unidade Contratante	FCF - Araraquara	
Endereço de execução	Rodovia Araraquara-Jaú, Km 01, Câmpus Ville, Araraquara/SP, CEP 14.800-903.	
Descrição do posto	Qtde de postos	Horário de Execução
Posto 24 horas diárias – segunda-feira a domingo	02	ininterrupto
Posto 12 Horas diárias – diurno - segunda-feira a sexta-feira	02	Das 07h00 às 19h00

Unidade Contratante	IQ - Araraquara	
Endereço de execução	<u>Prédio da Engenharia Química (Câmpus da Faculdade de Ciências Farmacêuticas)</u> - Rodovia Araraquara-Jaú, Km 01, Câmpus Ville, Araraquara/SP, CEP 14.800-903.	
Descrição do posto	Qtde de postos	Horário de Execução
Posto 44 Horas semanais – diurno - segunda-feira a sexta-feira	01	Das 08h00 às 18h00
Endereço de execução	<u>Sede</u> - Rua Professor Francisco Degni, nº 55, Bairro Quitandinha, Araraquara/SP, CEP 14.800-060.	

Descrição do posto	Qtde de postos	Horário de Execução
Posto 44 Horas semanais – diurno - segunda-feira a sexta-feira	01	Das 08h00 às 18h00
Posto 12 horas diárias – diurno – segunda-feira a domingo	01	Das 06h00 às 18h00
Posto 24 horas diárias – segunda feira a domingo	01	ininterrupto
Endereço de execução	<u>Centro de Ciências</u> - Av. Dr. Bernardino Arantes de Almeida, s/n - Jardim Ártico, Araraquara/SP, CEP 14.800-540.	
Descrição do posto	Qtde de postos	Horário de Execução
Posto 44 Horas semanais – diurno - segunda-feira a sexta-feira	01	Das 08h00 às 18h00

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 3.785.719,27 (três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e vinte e sete centavos), apurado com base em planilha própria de composição de custos elaborada pela Administração, observando os parâmetros técnicos estabelecidos no estudo “Prestação de Serviços de Controle, Operação e Fiscalização de Portarias e Edifícios – CadTerc/SP”, bem como as premissas definidas no Anexo I – Metodologia de Cálculo do Valor Estimado, especialmente quanto à convenção coletiva aplicável, composição de benefícios, encargos sociais, insumos, uniformes, despesas indiretas e BDI.

8.2. Para fins de estimativa, foram considerados os valores referenciais para postos de portaria, conforme segue:

8.2.1. Posto de 44 horas semanais - diurno - de 2ª a 6ª feira: R\$ 313,15 por dia;

8.2.2. Posto de 12 horas diárias – diurno – de 2ª a 6ª feira: R\$ 391,37 por dia;

8.2.3. Posto de 12 hora diárias - diurno - de 2ª feira a domingo: R\$ 399,96 por dia;

8.2.4. Posto de 24 horas diárias – diuturno – de 2ª feira a domingo: R\$ 857,21 por dia.

8.3. Com base nos quantitativos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, a valor estimado da contratação fica demonstrado a seguir:

Grupo 01 - Item:	Descrição dos Serviços	Catser	Nº de postos (a)	Qtde de dias/mês (b)	Preço Unitário (R\$/Posto/Dia) (c)	Valor Total Mensal (d)=(a)x(b)x(c)
1	Posto de 24 horas diárias – diuturno – de segunda-feira a domingo	8729	03	30,44	R\$ 857,21	R\$ 78.280,42
2	Posto 44 Horas semanais – Diurno segunda-feira a sexta-feira		03	20,75	R\$ 313,15	R\$ 19.493,59
3	Posto 12 Horas diárias – Diurno - segunda-feira a sexta-feira		02	20,75	R\$ 391,37	R\$ 16.241,86
4	Posto 12 Horas diárias – Diurno - segunda-feira a Domingo		01	30,44	R\$ 399,96	R\$ 12.174,78
Valor total mensal						R\$ 126.190,64
Valor total para 30 meses						R\$ 3.785.719,27

8.4. O valor estimado por unidade contratante é demonstrado a seguir:

Unidade	Valor mensal	Valor para 30 meses
FCF	R\$ 68.428,80	R\$ 2.052.864,00
IQ	R\$ 57.761,84	R\$ 1.732.855,27

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve avaliar, no planejamento da contratação, a conveniência do parcelamento do objeto, considerando aspectos como ampliação da competitividade, economia de escala e eficiência na execução contratual.

9.2. No caso da presente contratação, foi analisada a possibilidade de parcelamento do objeto por unidade contratante ou por grupos de postos de vigilância. Contudo, concluiu-se que o parcelamento não se mostra a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade identificada.

9.3. A contratação de forma unificada, em lote único, mostra-se mais vantajosa sob o ponto de vista técnico e operacional, pelos seguintes motivos:

9.3.1. permite maior padronização dos procedimentos operacionais de controle de acesso e operação de portarias entre as unidades;

9.3.2. facilita a gestão contratual, o acompanhamento da execução e a atuação da fiscalização;

9.3.3. possibilita maior integração das rotinas operacionais e dos fluxos de controle de acesso;

9.3.4. reduz a fragmentação da contratação e os custos administrativos associados;

9.3.5. favorece o ganho de escala e a eficiência na prestação dos serviços. Destaca-se, ainda, que a contratação unificada contribui para a seleção de empresa com maior capacidade técnica, operacional e gerencial, compatível com a complexidade e a dimensão das unidades atendidas.

9.4. A possibilidade de mais de uma empresa contratada para o mesmo objeto poderia resultar em dificuldades de coordenação, despadronização dos serviços e maior risco de descontinuidade, especialmente em caso de inadimplemento contratual por parte de alguma das empresas contratadas.

9.5. Assim, o não parcelamento do objeto, com a realização de contratação em lote único regional, mostra-se técnica e economicamente justificável, não tendo como finalidade restringir a competitividade do certame, mas sim assegurar maior eficiência administrativa, qualidade na execução dos serviços e efetividade no atendimento das necessidades da Administração.

9.6. Ressalta-se que, embora a licitação seja conduzida de forma centralizada, a formalização das contratações ocorrerá de forma individualizada, por unidade participante, sendo celebrado um contrato específico para cada unidade, de acordo com seus respectivos quantitativos e necessidades.

9.7. Os contratos poderão ser formalizados em momentos distintos, dentro do período de validade da proposta, e terão início conforme a necessidade de cada unidade, podendo ocorrer em datas diferentes.

9.8. Tal modelagem permite conciliar os benefícios da contratação centralizada com a autonomia operacional das unidades, assegurando maior flexibilidade na gestão contratual.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. A presente contratação não possui dependência de contratações correlatas ou interdependentes para sua viabilização, podendo ser executada de forma autônoma.

10.2. Os serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios compreendem, por si só, as atividades necessárias ao controle de acesso de pessoas, veículos e materiais, bem como à organização dos fluxos internos das unidades, não sendo condicionados à existência de outros contratos para seu funcionamento.

10.3. Mesmo que existam, no âmbito das unidades participantes, soluções complementares, tais como sistemas eletrônicos de controle de acesso, monitoramento por câmeras ou automação de portarias, tais recursos não são essenciais para a execução dos serviços ora contratados, sendo considerados instrumentos auxiliares.

10.4. Eventuais integrações com sistemas ou estruturas existentes poderão ser estabelecidas no âmbito da execução contratual, conforme necessidade da Administração, sem que isso caracterize dependência entre contratações.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026. A inclusão no PCA 2026 está em conformidade com o Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Com a contratação dos serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, espera-se assegurar o adequado controle de acesso às unidades participantes, bem como a organização dos fluxos de pessoas, veículos e materiais.

12.2. A solução adotada visa garantir o funcionamento regular das atividades acadêmicas, administrativas e de pesquisa, reduzindo riscos associados a acessos indevidos, falhas no controle de entrada e saída e desorganização dos fluxos internos.

12.3. Espera-se, ainda, promover maior eficiência na gestão das portarias, por meio da padronização dos serviços entre as unidades, da melhoria dos processos de fiscalização e do fortalecimento do controle operacional.

12.4. A contratação regionalizada deverá contribuir para maior estabilidade na execução contratual, reduzindo a ocorrência de falhas contratuais e de descontinuidade na execução do objeto, promovendo a seleção de fornecedor com capacidade técnica e operacional compatível com a complexidade das unidades atendidas.

12.5. A solução deverá contribuir para o aprimoramento da governança das contratações públicas, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão (PROPEG) em seu Planejamento Estratégico de Gestão e Governança (PEGG).

12.6. Como resultados esperados, destacam-se:

- 12.6.1. cobertura integral dos postos de portaria;
- 12.6.2. melhoria no controle de acesso às unidades;
- 12.6.3. organização e maior fluidez no fluxo de pessoas e veículos;
- 12.6.4. maior previsibilidade e regularidade na execução dos serviços;
- 12.6.5. maior efetividade na atuação da fiscalização contratual.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. A análise da solução proposta não vislumbrou a necessidade de adoção de providências estruturais por parte da Administração para viabilizar a execução dos serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios.

13.2. Os serviços poderão ser executados com base na infraestrutura já existente nas unidades, não sendo necessárias adequações prévias de ordem civil, elétrica ou de outra natureza.

13.3. As providências necessárias concentram-se em aspectos de natureza administrativa e operacional, como por exemplo:

- 13.3.1. designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização (técnica e administrativa) contratual;
- 13.3.2. definição dos fluxos internos para solicitação, acompanhamento e registro de ocorrências;
- 13.3.3. organização dos procedimentos de controle de acesso, acompanhamento e registro de ocorrências;
- 13.3.4. definição de protocolos de comunicação entre a contratada e a Administração.

13.4. A Administração deverá assegurar que os fiscais e gestores do contrato estejam devidamente orientados quanto às suas atribuições, incluindo o acompanhamento da execução dos serviços, verificação do cumprimento das obrigações contratuais e registro de ocorrências.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A presente contratação possui baixo potencial de impacto ambiental direto, considerando que os serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios consistem, predominantemente, em atividades operacionais realizadas por meio de mão de obra.

14.2. Os principais impactos ambientais associados à execução dos serviços estão relacionados ao consumo de recursos materiais e energéticos, tais como:

14.2.1. utilização de equipamentos eletrônicos, como computadores e sistemas de controle de acesso);

14.2.2. consumo de energia elétrica nas áreas de atuação;

14.2.3. utilização de materiais de apoio, como livro de ocorrências.

14.3. Deverá ser priorizada a adoção de práticas sustentáveis na execução dos serviços, tais como:

14.3.1. uso racional de energia elétrica;

14.3.2. priorização de meios digitais para registro de informações, sempre que possível;

14.3.3. redução do consumo de materiais físicos.

14.4. A contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis e adotar boas práticas que contribuam para a minimização de impactos.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de serviços continuados de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios é tecnicamente viável e adequada para atendimento das necessidades identificada nas unidades da Regional 1, participantes desta pretensa contratação.

15.2. A solução proposta mostra-se compatível com as características das unidades atendidas, considerando sua extensão territorial, o fluxo de pessoas, a natureza das atividades desenvolvidas e a necessidade de organização e controle de acesso às dependências institucionais.

15.3. Sob o ponto de vista econômico, a contratação apresenta-se vantajosa, tendo em vista a utilização de parâmetros referenciais consolidados no CadTerc, a padronização dos serviços e o ganho de escala decorrente da contratação regionalizada.

15.4. A análise das alternativas demonstrou que a contratação de empresa especializada representa a solução mais eficiente para atendimento da demanda, assegurando conformidade legal, disponibilidade de mão de obra qualificada e maior eficiência na gestão operacional dos serviços.

15.5. A modelagem adotada, com licitação centralizada e execução contratual descentralizada por unidade, mostra-se adequada à realidade institucional, conciliando padronização, eficiência administrativa e autonomia operacional.

15.6. Dessa forma, declara-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, observadas as diretrizes e condições estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

16. RESPONSÁVEIS

André Luiz Spoto
Diretor Técnico de Serviços – FCF

Marcio José Ramiris
Diretor Técnico de Serviços – IQ